

Diagnóstico da arquitetura e urbanismo de São Paulo: Perfis dos profissionais e Instituições de Ensino Superior.

Sumário Executivo

Projeto: Diagnóstico da arquitetura e urbanismo de São Paulo: Perfis dos profissionais e Instituições de Ensino Superior.

Produtos:

Atlas da Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo

Profissionais de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo

Instituições de Ensino Superior com cursos de Arquitetura e Urbanismo no estado de São Paulo.

Contratante: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

Contratada: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)

Equipe Cebrap:

Tomás Wissenbach

Victor Calil

Jonas Bicev

Vitor Vanetti

Carolina Passos

Sumário

Apresentação	5
1. Atlas da Arquitetura e Urbanismo no Estado de São Paulo	5
1.1. A arquitetura e urbanismo paulista têm presença marcante no contexto nacional ..	5
1.2. As arquitetas e urbanistas, jovens, representam o maior grupo profissional com cadastro ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo (CAU-SP)	6
1.3. Distribuição territorial de AUs no estado de SP segue população e riqueza	7
1.4. Maioria de AUs reside em municípios de alto e muito alto desenvolvimento humano	7
1.5. Quase metade dos arquitetos e urbanistas residem fora do município onde se graduou	8
1.6. Aumenta a proporção de arquitetos e urbanistas com restrição de direitos e renda média	9
1.7. A maioria dos trabalhos em atividades de arquitetura e urbanismo são realizados por AUs residentes no município de execução do serviço.	10
1.8. Matrículas em arquitetura e urbanismo tem queda no período recente.	10
1.9. Número de cursos de pós-graduação em AU cresce no Brasil, mas se mantém estável no estado de São Paulo.	11
1.10. O número de matrículas no mestrado e doutorado em AU cresce período, mas o número de titulados nas IES do estado de São Paulo cai, principalmente entre os mestres.	11
1.11. Plano diretor está presente em 56,7% dos municípios paulistas, mas atualizado em apenas 28,1% dos municípios em que é obrigatório.	11
1.12. Quase a totalidade dos municípios paulistas possuem Lei de Perímetro Urbano. A Lei de Parcelamento do Solo está presente em 80% dos municípios e a Lei de Uso e Ocupação do Solo em 66%.	12
1.13. Em uma década, cresce a quantidade de municípios paulistas com Planos Municipais de Habitação, porém, observa-se uma redução na existência de Fundos Municipais para a sua implementação.	12
1.14. Os instrumentos de planejamento e implementação da política de mobilidade urbana são pouco difundidos nos municípios paulistas.	13
1.15. A participação do IPTU nas receitas municipais do estado de São Paulo cresce no período recente, mas sua contribuição na receita total dos municípios ainda é bastante heterôgenea.	13
1.16. Enquanto os Fundos e Conselhos Municipais de Meio Ambiente estão bastante disseminados nos municípios paulistas, apenas 7% apresentam planos de Planos de Adaptação e Mitigação de Mudança do Clima.	13
1.17. 51% de AUs em atividade no setor público eram estatutários, outros 40% eram celetistas.	14
2. Profissionais de Arquitetura e Urbanismo	14

2.1.	A grande maioria de AUs se identificam com o gênero atribuído ao nascer. 60% se definem como mulher cisgênero e 37% como homem cisgênero.	14
2.2.	As mulheres são relativamente mais jovens e mais concentradas nas faixas de idade de início da carreira profissional.	15
2.3.	A grande maioria de AUs se classifica como de cor/raça branca	15
2.4.	Os principais tipos de atuação profissional envolvem a prestação de serviços (seja individual, seja como sócio/proprietário de empresa) em relações formais, reguladas por contrato.	15
2.5.	A remuneração média como AU tende a ser maior do que a remuneração alcançada em outros trabalhos. A média salarial dos homens brancos foi superior a verificada nos demais grupos de gênero e raça.	15
2.6.	55% de AUs possuem somente a graduação completa. As mulheres negras possuem maiores dificuldades em realizar pós-graduação.	16
2.7.	MBA e especialização (pós-graduação <i>lato sensu</i>) lideram a preferência de formação complementar.....	16
2.8.	No geral, a preferência por cursos híbridos de formação complementar já é maior do que a preferência por cursos exclusivamente presenciais.....	16
2.9.	Arquitetura de edificações e arquitetura de interiores foram os principais campos de atuação mencionados.	16
2.10.	67% de AUs contribuem para a previdência social. Profissionais negros apresentaram taxas inferiores de contribuição.....	16
2.11.	As políticas e as leis voltadas para a categoria, a valorização e as oportunidades oferecidas pelo mercado são os elementos que mais desagradam AUs	17
2.12.	A grande maioria de AUs conhece bem as Leis de Zoneamento e o Plano Diretor dos municípios, entretanto, desconhece ou conhece muito pouco a Legislação Trabalhista, o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil.....	17
3.	Instituições de Ensino Superior com cursos de Arquitetura e Urbanismo no Estado de São Paulo.....	17
3.1.	A participação de mulheres coordenadoras na pesquisa foi ligeiramente superior a participação dos homens. As mulheres, entre 40 e 49 anos, constitui no principal perfil de coordenadoras(es) de curso de AU.	18
3.2.	O principal grupo de coordenadores possui mestrado e doutorado em AU, contudo, uma parcela significativa fez apenas o mestrado na área.....	18
3.3.	As atividades práticas e corpo docente técnico e qualificado foram os dois aspectos mais citados como relevantes para a formação em AU.	18
3.4.	As condições de trabalho dos professores e falta de incentivos à pesquisa foram indicadas como os principais problemas enfrentados atualmente nos cursos de AU	18
3.5.	Em relação as dificuldades que enfrenta em sua própria atividade de coordenação, destacam-se as restrições orçamentárias, evasão/retenção de alunos e condições de trabalho.....	19

- 3.6. A maioria dos cursos de AU possui uma política científica institucionalizada na graduação, como a Iniciação Científica. Contudo, apenas um grupo muito pequeno possui mais de 25 projetos em andamento. 19**
- 3.7. Em cerca de 30% dos cursos de AU a Iniciação Científica é realizada sem bolsa. Em apenas 19% dos cursos, a totalidade dos projetos foi beneficiada com bolsa..... 19**
- 3.8. A grande maioria das(os) coordenador(as) indicaram o setor privado como o principal local de realização de estágio estudantil. Mais da metade indicou também o poder público..... 19**
- 3.9. 38% dos cursos possuem até 10 docentes formados em AU. Outros 28% possuem entre 11 e 20 docentes AUs..... 20**
- 3.10. O EaD já está presente na maioria dos cursos de AU, porém, em 31% deles, está restrito às disciplinas auxiliares. Outros 29% adotam EaD em menos da metade das disciplinas de AU..... 20**

Apresentação

O Atlas da Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo tem o objetivo de produzir um retrato das diferentes formas de atuação profissional do campo de arquitetura e urbanismo, explorando diferentes fontes de informação secundária (isto é, produzida por diferentes instituições, com distintas finalidades). As principais fontes de dados utilizadas foram: (i) os registros constantes no Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU); (ii) os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e (iii) dados do Censo da Educação Superior, coletados pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Adicionalmente, outras informações produzidas por agências públicas como o próprio IBGE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) foram tratadas e discutidas para permitir uma análise sobre os contextos sociais e econômicos envolvidos nas transformações recentes do campo de arquitetura e urbanismo.

Além da análise de dados secundários - reunida no supracitado Atlas da Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo (2023) – dois estudos exploratórios, baseados na metodologia de *Survey*, resultaram na coleta e análise de dados primários (ou seja, inéditos) sobre o campo de arquitetura e urbanismo. O primeiro estudo, Profissionais de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo (2023), realizado com uma amostra de 2.003 arquitetas(os) e urbanistas, ativos no cadastro do CAU-SP, apresenta uma análise do perfil socioeconômico das(os) profissionais atuantes no campo, seus anseios e expectativas em relação à formação superior, ao mercado de trabalho, valorização, uso de tecnologias no trabalho e participação política.

Já o segundo estudo, Instituições de Ensino Superior com cursos de Arquitetura e Urbanismo no estado de São Paulo (2023), realizado com uma amostra de 72 coordenadores de curso de arquitetura e urbanismo (de um universo de 153), concentra-se na análise das informações sobre as atividades que compõe o currículo de arquitetura e urbanismo, do volume de projetos e bolsas vigentes nas IES, formação ou área de origem dos coordenadores, desafios e lacunas dos cursos em geral e do curso em que atua; desafios e lacunas que verifica como coordenador e no mercado de trabalho de arquitetura e urbanismo como um todo.

As análises estão divididas em leituras temáticas. Elas deverão buscar sintetizar as principais características das diferentes frentes de atuação do campo, com destaque para análise territorial, perfil e características das arquitetas e urbanistas e arquitetos e urbanistas, incluindo aspectos demográficos, etários, de gênero e raça, além de fatores econômicos relacionados. Em um esforço institucional de produção de conhecimento e cultura de dados, o Atlas marca uma etapa no processo de uso de evidências para orientar a atuação política do conselho. Com isso, almeja-se contribuir para uma reflexão em torno dos desafios da profissão em termos do perfil dos arquitetos e urbanistas em atividade, sua atuação e condição profissional, a infraestrutura do ensino superior e os seus campos de interlocução com a sociedade. A seguir, apresentamos um resumo dos resultados.

1. Atlas da Arquitetura e Urbanismo no Estado de São Paulo

1.1. A arquitetura e urbanismo paulista têm presença marcante no contexto nacional

De acordo com o SICCAU-BR, estão cadastrados hoje pouco mais de 220 mil profissionais de Arquitetura e Urbanismo ativos (AUs), presentes nas 27 unidades da federação (CAU/BR, 2023). Isso significa que o país possui 10,3 arquitetos e urbanistas para cada 10 mil habitantes. O estado de São Paulo ocupa um lugar de relevo nesse cenário, representando um terço (31%) dos profissionais em atuação no país. Para efeitos de comparação, essa participação é cerca de 10 p.p maior do que a participação de habitantes do Estado na população brasileira, que é de 21,2% (IBGE, Sistema de Projeções Populacionais, 2021). Em termos relativos, o estado de São Paulo

apresenta valores superiores à média do país: possui 14,4 arquitetos e urbanistas para cada 10 mil habitantes. Com isso, é o 4º Estado com maior valor neste indicador, atrás do Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

1.2. As arquitetas e urbanistas, jovens, representam o maior grupo profissional com cadastro ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo (CAU-SP)

No estado de São Paulo, profissionais de arquitetura e urbanismo são predominantemente do gênero feminino. No total as pessoas autoidentificadas¹ como do gênero feminino correspondem a 63%, e representam 44,1 mil arquitetas e urbanistas, valor, esse, que supera em 18,6 mil os associados do sexo masculino. Ou seja, quase o dobro.

Essa participação tem, ainda, diferenças relevantes entre porções do território paulista. A maior proporção de arquitetas e urbanistas está na regional de São José do Rio Preto, com 67%, seguida da regional Campinas (66%) e Ribeirão Preto (65%). Mesmo na regional Mogi das Cruzes, onde a participação masculina é superior à média encontrada nas demais regionais, cerca de 6 em cada 10 AUs são do sexo feminino.

Além de mais feminina, quando se observa a faixa etária, nota-se que as mulheres estão concentradas nas faixas mais jovens, de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos (as quais representam, juntas, quase a metade das profissionais com registro ativo no CAU). Já os AUs do sexo masculino se distribuem em proporções semelhantes entre as faixas de 25 a 29 anos, 30 a 39 anos e 40 a 44 anos, bem como possuem percentuais superiores às mulheres nas faixas etárias mais avançadas. Esses dados, portanto, reforçam os indícios de uma crescente participação feminina na atividade

As mulheres jovens estão mais presentes nas regionais de Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Bauru e Sorocaba. Em Presidente Prudente, por exemplo, a faixa etária dos 25 a 29 anos representa 40% das AUs do sexo feminino, em São José do Rio Preto essa mesma faixa reúne 37% das mulheres. As características das pirâmides etárias, porém, são distintas nas regionais de São Paulo, Mogi das Cruzes, ABC e Santos. Nelas, é possível verificar que a população de AUs tende a ser mais experiente e distribuída de modo mais equilibrado entre as faixas de idade. Da mesma forma, o número total de homens está menos distante do número total de mulheres.

A diferença pode estar relacionada ao fato de que as referidas regiões são tradicionais polos de desenvolvimento urbano-industrial do Estado, e próxima das Universidades e Escolas de AU mais antigas. Em suma, apesar do crescimento do número de AUs do gênero feminino, é ainda bastante significativa a presença masculina nas regiões de maior desenvolvimento econômico, onde desfrutam de vantagens salariais e benefícios associados aos contratos de trabalho.

¹ Até o momento de extração dos dados, os registros apresentavam apenas feminino e masculino como identificação de gênero.

1.3. Distribuição territorial de AUs no estado de SP segue população e riqueza

Os arquitetos e urbanistas dispõem-se de forma bastante concentrada no território paulista. Cerca de metade dos profissionais ativos residem nas cidades da regional São Paulo. A capital do Estado ocupa lugar de destaque já que, sozinha, concentra 42% dos profissionais (29,5 mil). Em termos comparativos, existem mais AUs residentes na cidade de São Paulo do que na somatória de importantes regionais do interior como Campinas (11,8% das residências), Ribeirão Preto (6,9%) e São José dos Campos (5,6%).

O padrão territorial da presença de arquitetos e urbanistas nos municípios paulistas pode ser lido também a partir da relação de Arquitetos e Urbanistas por 10 mil habitantes. De maneira geral existe uma correspondência com a distribuição de população e riqueza com destaque para macrometrópole paulista, seja ao lado leste saindo do município de São Paulo em direção à São José dos Campos, seja ao norte em direção à Jundiaí, Campinas e Ribeirão Preto.

Existem exceções, porém, que merecem destaque. Os municípios que compõem o litoral norte do Estado (Ilhabela, Ubatuba e São Sebastião), serra do mar (como Cunha) e aqueles próximos à serra da Mantiqueira (como Monteiro Lobato e a Região Bragantina) são cidades que embora tenham porte populacional pequeno, possuem presença destacada de AUs por 10 mil habitantes. Aqui elementos como a presença de atividades turísticas, como pousadas e restaurantes, construção de segundas residências e condomínios fechados podem ser atrativos para a presença dos profissionais. Também existe a possibilidade de que referidos locais sejam as regiões escolhidas como residência de AUs sem que se constituam, necessariamente, como o único ou principal local de sua atuação profissional.

1.4. Maioria de AUs reside em municípios de alto e muito alto desenvolvimento humano

De acordo com os valores do Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal (IPDM, Seade, 2021)² os municípios classificados como de ‘muito alto desenvolvimento’ (7% do total), abrigam 9% da população e 10% de AUs. Os municípios classificados como de “alto desenvolvimento” (30% do total), abrigam 58% da população e 74% de AUs. Os municípios de “médio desenvolvimento” (38% do total) abrigam 23% da população e apenas 12% de AUs do estado de São Paulo. Por fim, aqueles classificados como de “baixo desenvolvimento” (25% do total) abrigam 11% da população e apenas 11% dos arquitetos e urbanistas.

A comparação entre as distribuições de Arquitetos e Urbanistas e população segundo a classificação dos municípios paulistas em termos de nível de desenvolvimento nos ajuda a entender em quais cidades não encontramos uma presença numerosa desta atividade profissional. Isso nos ajuda a entender, inclusive do ponto de vista regional, os “vazios” de profissionais de Arquitetura e Urbanismo.

O conjunto de municípios de alto e muito alto desenvolvimento exprimem valores acima da média do estado de São Paulo, com 19,46 e 18,54 AUs por 10 mil habitantes, respectivamente. Por outro lado, municípios com médio e baixo desenvolvimento ocupam valores bastante abaixo: 8,5 e 5,7 AUs por 10 mil habitantes, respectivamente. Tais números nos ajudam a compreender

² O IDPM consiste em um indicador inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano, produzido pelo Seade, que combina três dimensões: riqueza, educação e longevidade. Cada dimensão é composta por vários indicadores que refletem o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. O IPDM é calculado a partir desses indicadores e representa a média aritmética dos três indicadores sintéticos. Ele usa registros administrativos com informações anuais e estimativas preliminares para o último ano disponível para os municípios. Com os resultados, os municípios são divididos em quatro grupos: desenvolvimento baixo, médio, alto e muito alto (Seade, 2021).

as manchas regionais com baixas presenças de AUs, nas regiões de Sorocaba e na porção correspondente ao Vale do Ribeira.

1.5. Quase metade dos arquitetos e urbanistas residem fora do município onde se graduou

O estudo também analisou a relação entre o local de realização da graduação em arquitetura e urbanismo e o local de residência atual dos profissionais. Em 2022, os 155 cursos presenciais registrados no Estado se distribuíam em 63 dos 645 municípios do Estado de São Paulo. Já os Arquitetos e Urbanistas residiam em 578 dos 645 municípios paulistas. Em boa medida, portanto, é de se esperar um deslocamento dos graduados pelo Estado.

Os resultados, contudo, indicam que 52% de AUs residem no mesmo município em que cursou o ensino superior, enquanto 48% residem em municípios diferentes daqueles onde cursaram a graduação. Esses últimos percorreram uma distância média de 86 km entre os locais, considerando uma distância teórica em linha reta entre os centros desses municípios. Esse deslocamento médio reflete o padrão de morar em locais próximos das IES em que se graduaram.

De todo modo, é possível notar padrões distintos entre regiões que “importam” AUs de outras regiões do Estado, as que “exportam” mais os seus graduados para regionais distintas da sua formação e aquelas em que esse percentual é mais estável. No primeiro caso, destacam-se as regionais do ABC, Sorocaba e Campinas com 99%, 56% e 47% de AUs residentes formados em outras regionais, respectivamente. A regional de Mogi das Cruzes por outro lado “exporta” graduados em alta proporção com 64% dos formados em instituições nessa região indo residir em outras regiões do estado de São Paulo.

Por fim, cabe destacar que 21% dos AUs paulistas residem fora do município em que se graduaram, mas dentro de uma mesma regional. As regionais com maior mobilidade interna, ou seja, com mais de 40% de diferença entre o município de residência e graduação são: ABC, São José dos Campos, Sorocaba, São José do Rio Preto, Campinas e Presidente Prudente. A regional São Paulo, por outro lado, apresenta um valor baixo de circulação interna: apenas 13% mudam de município ao final da graduação, sem sair da regional.

Ao observarmos as informações apenas no nível municipal (ou seja, com menor destaque para as regionais CAU), a partir de alguns municípios selecionados, notamos que a cidade de São Paulo destaca-se pela magnitude dos arquitetos e urbanistas formados na capital do Estado que residem atualmente em outras localidades. O mapa que representa a capital paulista mostra a grande dispersão em todo território do Estado. Apesar disso, é possível notar que os principais deslocamentos acontecem dentro da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Os graduados em Campinas também apresentam um padrão relativamente mais desconcentrado de residência, com fluxos significativos em todas as regiões do Estado. O município de Presidente Prudente, por sua vez, chama atenção pela combinação entre uma participação importante dos fluxos na própria região e pelas longas distâncias entre o local de residência de AUs e o município da IES. Mesma característica pode ser observada em Ribeirão Preto, que “exporta” formandos para o seu entorno imediato em um padrão territorial mais nitidamente radial. Em todos eles, assim como em São José do Rio Preto, há sempre uma combinação entre os principais fluxos em direção à capital e, com áreas de influência distintas, em direção aos seus entornos imediatos³.

³ É preciso ter certa cautela na leitura dos resultados apresentados nos mapas uma vez que não é possível mensurar a proporção na qual esse deslocamento se dá em razão de um retorno ao município de origem ou o quanto está vinculado à atratividade de determinadas cidades para a busca de oportunidades. Ainda

1.6. Aumenta a proporção de arquitetos e urbanistas com restrição de direitos e renda média

O atlas também analisou as principais informações socioeconômicas e o campo de atuação profissional de AUs, a partir das informações extraídas da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (Pnad-C) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As informações permitiram caracterizar os trabalhos e aprofundar a análise do perfil social dos AUs em atividade no Brasil e no Estado de São Paulo por meio da construção e leitura de um índice sintético, que chamamos de Índice de Valorização Profissional (IVP).

Com o objetivo de mensurar a quantidade de garantias legais ou direitos associados à relação de trabalho e à capacidade de AUs em auferir renda, o índice combinou duas dimensões: a regulação legal/contratual da atividade exercida e o nível de renda regularmente obtido. A pontuação combinada dessas duas dimensões permitiu organizar os profissionais, ocupados, em 4 categorias: (I) Arquitetos e urbanistas ativos com direitos e renda elevada; (II) Arquitetos e Urbanistas com restrição de direitos e renda média; (III) Arquitetos e Urbanistas com restrição de direitos e renda média-baixa; (IV) Arquitetos e Urbanistas com renda baixa e profissionalmente instáveis.

Os resultados do IVP mostram que o percentual de AUs ativos com direitos e renda elevada, no triênio 2019-2021 é de 30% no país e de 34% no estado de São Paulo. E, mais do que isso, apresentam tendência de queda em comparação com o triênio 2015/2017: redução de 8 pontos percentuais (pp) na escala nacional, e de 15 pp no Estado. Isso indica que embora a parcela de AUs que desfrutam de maior estabilidade e benefícios seja maior em São Paulo, a sua queda foi mais acentuada do que no Brasil. Algumas razões podem ser apontadas para essa redução, entre elas, a crise econômica que se iniciou em 2015 e que atingiu em particular a indústria da construção civil e a própria pandemia de Covid-19.

Por outro lado, nota-se que tanto no Brasil, quanto no estado de São Paulo, o grupo profissional que mais cresceu foi o de AUs com restrição de direitos (como os “conta-própria” e empregadores informais) e renda com variação entre as faixas média e média-baixa (entre 2 a 7 SMs). Eles passaram de 21% de AUs (Brasil e estado de São Paulo), no triênio 2015-2017 para 29% e 30%, respectivamente, no triênio 2019-2021.

As tendências apontam também para importante diferença de gênero, com as mulheres mais impactadas pela redução da valorização profissional. Enquanto no triênio 2015-2017, o percentual de AUs, homens e mulheres, com direitos e renda elevada era bem próximo, cerca de 43% e 42%, respectivamente, no último triênio, houve um aumento dessa diferença: enquanto os homens caíram para 34%, as mulheres diminuíram para 25%

No Estado de São Paulo, essa queda na qualidade das ocupações exercidas por mulheres AUs é ainda mais notória, uma vez que os empregos com direitos e alta renda recuam de 51,6% para cerca de 29%. Além disso, o crescimento da categoria com restrição de direitos e faixa de renda média e média-baixa foi mais acentuada entre as mulheres do que entre os homens. Esses resultados, portanto, reforçam os indícios de que as mulheres tiveram maior dificuldade de retomar a carreira após as interrupções ocorridas durante a pandemia de Covid-19.

Em relação a variação do IVP por faixa etária, o resultado mais significativo é que os AUs mais jovens, entre 18 e 29 anos, que ingressaram no mercado de trabalho no último triênio, possuem mais dificuldades de encontrar empregos com carteira assinada e bons salários. Ainda que a

assim, os mapas apresentados destacam o papel importante que os centros urbanos e regionais do Estado têm em prover às cidades a força de trabalho especializada em Arquitetura e Urbanismo em diversas localidades do estado de São Paulo.

parcela de AU jovens com renda baixa e profissionalmente instáveis também tenha caído, o percentual deles com direitos trabalhistas limitados aumenta significativamente. No Brasil, o percentual de empregos com restrição de direitos e renda média ocupados por AUs jovens, de 18 a 29 anos, aumentou de 31% para 48% e, em São Paulo de 23% para 43%.

1.7. A maioria dos trabalhos em atividades de arquitetura e urbanismo são realizados por AUs residentes no município de execução do serviço.

Em relação ao local de residência do profissional de Arquitetura e Urbanismo responsável e os locais de execução dos serviços, foi possível recuperar as informações de origem e destino para 945.871 RRTs. Desse total, cerca de 67% dos trabalhos são realizados por profissionais locais, isto é, residentes no município de execução da atividade. O restante dos trabalhos, ou seja, 33%, foram realizados por profissionais residentes em outros municípios, de modo que a distância média percorrida entre trabalho e residência foi de 18 km, considerando uma distância teórica em linha reta entre os centros de ambas as localidades. Em termos regionais, 82% dos trabalhos foram realizados por profissionais residentes no território da mesma regional CAU/SP da atividade registrada.

A cidade de São Paulo, devido a sua centralidade econômica e financeira, consegue atrair profissionais residentes em diversas regiões do Estado, com AUs que chegam inclusive da região Nordeste e Noroeste do estado de São Paulo. O maior volume de residência dos profissionais responsáveis pelos RRTs, contudo, está concentrado no ABC, outros municípios da RMSP e Baixada Santista.

1.8. Matrículas em arquitetura e urbanismo tem queda no período recente

O Atlas também traçou um panorama do ensino superior em Arquitetura e Urbanismo no Estado de São Paulo. Para isso, analisou os principais indicadores extraídos do Censo da Educação Superior (Censup), empreendido anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia ligada ao Ministério da Educação (MEC).

Considerando a última edição disponível (2021), a formação de profissionais de AU no Estado de São Paulo estava organizada em 155 cursos presenciais, totalizando mais de 30 mil matriculados. Quando comparado ao total do Brasil, o estado reunia 23,4% dos cursos (era 25,8% em 2015) e 26,7% das matrículas (anteriormente era 28,0%).

Apesar da importância do estado de São Paulo na oferta de vagas e cursos de arquitetura e urbanismo, entre os anos de 2016 e 2021, ocorre uma queda sistemática no número de matrículas e ingressantes nos cursos. O total de matrículas em AU no estado cai de 47.049 para 30.065 (uma redução de 36%) e de ingressantes de 16.079 para 8.768 (redução de 43%).

Em termos territoriais, a distribuição dessa oferta é concentrada nos principais centros urbanos do Estado. Consideradas as regionais CAU, constata-se a forte concentração de cursos e matrículas no eixo São Paulo-Campinas-Ribeirão Preto-Bauru que, juntas, somavam, em 2021, 62% dos cursos e 71% das vagas. Por outro lado, o grupo que reunia as Regionais de Santos, Presidente Prudente, Mogi das Cruzes e o ABC, com 16 cursos (ou 10,3% do total paulista) e 2,7 mil matrículas (8,9% do total), somavam os menores percentuais de participação no total do estado. Essa concentração de cursos e vagas reverbera, assim, a ausência e/ou pouca presença de ensino superior de AU nas cidades paulistas com até 50 mil habitantes.

1.9. Número de cursos de pós-graduação em AU cresce no Brasil, mas se mantém estável no estado de São Paulo

O Atlas mapeou também a pós-graduação em AU no Estado de São Paulo. Para isso, foram utilizados dados organizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação ligada ao Ministério da Educação, vindos das bases do GeoCapes. Nele constam informações acerca das IES que ofertam cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado acadêmicos e mestrado profissional), dos seus alunos e docentes. Em todas as bases foram consideradas as estatísticas relacionadas às áreas de conhecimento de “Arquitetura e Urbanismo”, “Desenho Industrial”, “Planejamento Urbano e Territorial” e “Tecnologia de Arquitetura e Urbanismo”.

Nota-se que o estado de São Paulo variou de 15 a 17 cursos entre os anos analisados, denotando estabilidade, ao passo que o Brasil viu expandir o número de cursos, passando de 78 em 2015 para 93 em 2021.. Em 2015, o município de São Paulo concentrava seis dos 15 cursos. Considerando os dados coletados pela CAPES para 2021, o cenário pouco se altera. Dos 17 cursos paulistas, sete estão na capital.

1.10. O número de matrículas no mestrado e doutorado em AU cresce período, mas o número de titulados nas IES do estado de São Paulo cai, principalmente entre os mestres.

Entre 2015 e 2021, ocorre um movimento ascendente no número de matriculados, tanto no nível de mestrado, quanto no nível de doutorado, nas IES do estado de São Paulo. Mestrandos eram 626 em 2015, passando para 844 em 2021 (aumento de 35%); doutorandos eram 461 em 2015, passando para 673 em 2021 (acréscimo de 46%).

Já do ponto de vista dos titulados, observa-se um movimento de queda para os mestres (que caíram quase 30% desde o ápice da série, em 2017 – de 308 para 219) e um movimento de relativa estabilidade para os doutores, se considerada toda a série entre os anos de 2015 e 2021. O ano de 2021, contudo, apresentou a menor quantidade de doutores titulados do período (80, em número absoluto), possivelmente um reflexo da pandemia de Covid-19 e do adiamento e prorrogação de prazos para titulação, além de possível aumento da taxa de desistência dos doutorandos por questões econômicas e de saúde.

Em relação ao tipo de IES (se privada ou pública – federal, estadual ou municipal), constata-se que ao longo dos anos analisados as IES públicas estaduais somavam em média quase 6 em cada 10 estudantes de pós em AU, no estado de São Paulo, apresentando também um crescimento de 21,6% entre 2015 e 2021. Neste panorama, as IES da iniciativa privada ficavam em segundo lugar no número de alunos, agregando no mínimo 27,8% em 2015 e 33,1% em 2021 (média de 31,7 pp.); ou seja, uma taxa de crescimento no número de alunos de 57,6%. Por fim, em caráter minoritário, estavam as IES vinculadas às esferas federal e municipal. Juntas, em média, somavam 9,8% do total de pós-graduandos no período. Desagregando-se os números, tem-se que a iniciativa federal cresceu 60,0%, passando de 80 matriculados em 2015 para 128 em 2021; por outro lado, a iniciativa municipal apresentou decréscimo de aproximadamente 20%, com 61 matrículas em 2015 para 49 em 2021.

1.11. Plano diretor está presente em 56,7% dos municípios paulistas, mas atualizado em apenas 28,1% dos municípios em que é obrigatório

A aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, parece ter impulsionado a elaboração dos Planos Diretores nos municípios paulistas, ainda que a CF/88 (art. 182) e a Constituição Estadual de São Paulo (art. 181) já previssem a sua obrigatoriedade. Em 2004, 167 municípios já o tinham

aprovado, ou seja 26% do total. Já no início da década de 2010, esse número saltou para 326 municípios, o que representava pouco mais da metade dos municípios paulistas, 50,5%. Em 2021, esse número avançou para 366 municípios, representando um ligeiro aumento na proporção que foi para 56,7% do total de cidades no estado de São Paulo. Cabe destacar que atualmente, o principal instrumento de planejamento das cidades brasileira está presente na totalidade dos municípios com mais de 50 mil habitantes e a quase totalidade dos municípios de 20 mil a 50 mil habitantes (92%) (IBGE, MUNIC, 2021).

Em relação a situação dos planos Diretores Municipais, considerando a proxy de obrigatoriedade e a defasagem em relação a sua revisão, temos 6 categorias:

- Obrigatório com PD aprovado: 181 municípios, 28,1% do total;
- Obrigatório com PD defasado: 127 municípios, 19,7% do total;
- Obrigatório sem PD aprovado: 88 municípios, 13,6% do total;
- Não obrigatório com PD aprovado: 191 municípios, 29,6% do total;
- Não obrigatório com PD defasado: 30 municípios, 4,7% do total;
- Não obrigatório sem PD aprovado: 28 municípios, 4,3% do total.

1.12. Quase a totalidade dos municípios paulistas possuem Lei de Perímetro Urbano. A Lei de Parcelamento do Solo está presente em 80% dos municípios e a Lei de Uso e Ocupação do Solo em 66%.

A Lei de Perímetro Urbano possui ampla difusão no estado de São Paulo, já que apenas 21 municípios (3,3% do total do Estado de SP) não a possuem. Da mesma forma, quase 80% dos municípios possuem Lei de Parcelamento do Solo. Dos 135 municípios que não declararam ter uma lei própria com este propósito, chama atenção sua concentração na faixa de municípios de até 10 mil habitantes.

Já a Lei de Uso e Ocupação do Solo está presente em 65,7% dos municípios paulistas, alcançando quase a totalidade dos municípios com mais de 50 mil habitantes (apenas 2 municípios dos 143 municípios que se encaixam nessa condição informaram não ter o instrumento).

1.13. Em uma década, cresce a quantidade de municípios paulistas com Planos Municipais de Habitação, porém, observa-se uma redução na existência de Fundos Municipais para a sua implementação.

Entre os anos de 2011 e 2020, há um expressivo crescimento de municípios com Planos Municipais de Habitação, representando um salto de 22,5% para 55,7%. Nota-se, também, que as regionais CAU/SP experimentaram em seus municípios forte crescimento dos planos de habitação, com exceção das Regionais de Mogi das Cruzes e Santos, que permaneceram com os mesmos percentuais entre 2011 e 2020 (50,0% e 39,1%, respectivamente). A Regional CAU/SP de melhor colocação foi o ABC; nas demais regiões o Plano Municipal de Habitação estava presente em cerca de seis em cada dez cidades.

Por outro lado, se houve aumento na atividade de planejamento da questão habitacional municipal, nota-se uma tendência inversa em relação à existência de fundos municipais de habitação nos municípios do Estado: em 2011, eles estavam presentes em 42,9% das cidades paulistas, já em 2020 a proporção caiu para 35,7%. O movimento atingiu a maioria das regionais do CAU/SP, com exceção das regionais do ABC e São Paulo.

1.14. Os instrumentos de planejamento e implementação da política de mobilidade urbana são pouco difundidos nos municípios paulistas.

Considerando o conjunto de municípios paulistas, nota-se que apenas 14% deles possuem Plano Municipal de Transporte, 13% responderam afirmativamente para a existência de Conselho Municipal de Transporte e 9% para o Fundo Municipal de Transporte. Dessa forma, a área de transporte mostra-se mais frágil do ponto de vista dos instrumentos de planejamento, gestão participativa e financiamento público. As regionais CAU/SP mais próximas da capital parecem mais afeitas ao tema, enquanto o interior paulista denota maior fragilidade. Assim, destaca-se a baixíssima presença desses instrumentos nas regionais de Ribeirão Preto, São José dos Campos, Bauru, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

1.15. A participação do IPTU nas receitas municipais do estado de São Paulo cresce no período recente, mas sua contribuição na receita total dos municípios ainda é bastante heterôgenea.

A leitura da contribuição do IPTU para as receitas municipais é importante na medida em que ela consiste em uma arrecadação potencialmente progressiva e por ser uma fonte de recursos relativamente estável, por não estar vinculada diretamente ao nível da atividade econômica. Importante, portanto, para o financiamento contínuo das políticas públicas no território dos municípios.

Na totalidade do estado de São Paulo, a média da arrecadação do IPTU sobre as receitas tributárias teve um ligeiro aumento: a média foi de 8,7% em 2013 para 10,9% em 2022.

Quando analisamos por porte populacional, observamos que tanto nos grandes quanto nos pequenos municípios houve um aumento da participação do IPTU na receita total. Nos municípios de grande porte (com mais de 500.000 habitantes) destaca-se o aumento de 2,8 pontos percentuais entre 2013 e 2022, indo de 13,5% para 16,2% do total das receitas tributárias. Esse resultado mostra o potencial da cobrança do imposto sobre a propriedade imobiliária urbana no contexto dos grandes municípios paulistas. Como afirmarmos, essa frente tem o potencial de avançar na redução das elevadas desigualdades verificadas no contexto destes municípios.

No caso das regionais CAU/SP, o mesmo indicador mostra bastante heterogeneidade: com 16,7%, a regional Santos apresenta a maior participação do IPTU no total das receitas municipais, já em Presidente Prudente essa participação é baixa e representa apenas 4,2%. Em relação à comparação no tempo, vemos que em todas as onze regionais a contribuição média do IPTU para o total das receitas tributárias subiu, com novo destaque para Santos, em que participação aumentou 2,8 pontos percentuais, seguida de Campinas e Mogi das Cruzes, onde a participação em ambas as localidades registrou um aumento de 2,7 pontos percentuais.

1.16. Enquanto os Fundos e Conselhos Municipais de Meio Ambiente estão bastante disseminados nos municípios paulistas, apenas 7% apresentam planos de Planos de Adaptação e Mitigação de Mudança do Clima.

Os Fundos Municipais de Meio Ambiente são um instrumento bastante disseminado no estado de São Paulo já que 408 dos 645 municípios possuem o fundo, ou seja 63% do total. O instrumento é mais difundido nos municípios das regionais dentro ou próximas à região

metropolitana de São Paulo: ABC, Mogi das Cruzes, São Paulo e Santos tem pelo menos 70% dos municípios com o instrumento ativo.

Situação ainda mais disseminada é a dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente: 610 dos 645 municípios paulistas possuem o conselho, ou seja 95% do total. Esse alto percentual se expressa em todas as regionais do CAU/SP, com mais de 90% em quase todas elas, à exceção de São José dos Campos. Um olhar combinado dessas estruturas revela uma presença expressiva desses instrumentos ambientais nos municípios do estado de São Paulo. Nada menos do que 62,9% dos municípios possuem ambos os instrumentos. As regionais do ABC, Mogi das Cruzes e São Paulo são os destaques, enquanto Sorocaba, São José do Rio Preto e Bauru apresentam os maiores desafios

Por outro lado, quanto aos Planos de Adaptação e Mitigação de Mudança do Clima, apenas 44 municípios dispõem do instrumento, representando 7% do total. Nesse caso, em um cenário de proporções muito baixas, novamente a regional do ABC se destaca, com a presença do instrumento em 29% dos municípios. Essa pequena quantidade e baixa proporção de municípios dotados de estratégia e planos de ações para mitigar os efeitos da mudança climática revela um cenário preocupante, mas ao mesmo tempo desafiador, no qual os profissionais de AU podem contribuir para qualificar o debate e os resultados das políticas públicas.

1.17. 51% de AUs em atividade no setor público eram estatutários, outros 40% eram celetistas.

Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais, do Ministério e do Trabalho e Emprego (MTE) indicam que em 2021 havia cerca de 1.994 AUs em atividade no setor público. Desse total 51% eram servidores públicos, estatutários, e 40% eram celetistas. Em relação a natureza do estabelecimento, cerca de metade estavam no setor público municipal e o salário médio estava, em R\$ 10,7 mil com uma ligeira diferença entre homens e mulheres (R\$ 11,3 mil e R\$ 10,2 mil, respectivamente). Os dados levantados, porém, revelam dificuldade em identificar a presença de AUs no setor público.

2. Profissionais de Arquitetura e Urbanismo

Pesquisa realizada com o objetivo de conhecer, de modo abrangente, o perfil, a formação, a atuação profissional e as percepções e opiniões de AUs sobre diversos temas que afetam o cotidiano de trabalho e a vida social.

A pesquisa contou com uma amostra de 2.003 AUs, representativa da população registrada no CAU/SP. A amostra foi distribuída nas diferentes regionais, de forma a garantir a representatividade e comparabilidade entre elas nos temas abordados. A margem de erro do estudo é de 2,2%, considerando um intervalo de confiança de 95%.

2.1. A grande maioria de AUs se identificam com o gênero atribuído ao nascer. 60% se definem como mulher cisgênero e 37% como homem cisgênero.

As identidades transgênero e não binárias ainda são residuais no universo de AUs. De um total de 2.003 casos, apenas 6 pessoas se autotransclassificaram como mulher transgênero e 2 pessoas como homem transgênero. Outras 5 pessoas se identificaram como não-binária.

2.2. As mulheres são relativamente mais jovens e mais concentradas nas faixas de idade de início da carreira profissional.

As mulheres estão mais concentradas nas faixas de 20 a 29 anos (29,1%) e de 30 a 39 anos (33%), enquanto os homens se concentram, principalmente na faixa de 30 a 39 anos (25,2%) e 40 a 49 (23,1%). Isso eleva a idade média dos homens, arquitetos e urbanistas, para 45 anos, enquanto as mulheres apresentam idade média de 38 anos.

2.3. A grande maioria de AUs se classifica como de cor/raça branca

A presença de AUs habitualmente classificados como brancos (soma de brancos e amarelos) foi superior às demais categorias. Entre os homens, 85% dos arquitetos e urbanistas se classificaram como brancos; entre as mulheres o percentual foi de 86%. No caso de AUs de cor/raça negra (soma de pretos e pardos) temos cerca de 15% dos homens e 14% das mulheres. O grupo indígena se mostrou residual.

2.4. Os principais tipos de atuação profissional envolvem a prestação de serviços (seja individual, seja como sócio/proprietário de empresa) em relações formais, reguladas por contrato.

O principal formato de atuação profissional como AU é a prestação de serviços como profissional autônomo(a), com algum tipo de contrato ou formalização, que alcança pouco mais de ¼ das menções. Se somarmos o primeiro com o terceiro tipo mais citado, “Empresário(a) individual (PJ), prestando serviços para seus próprios clientes e/ou contratantes” temos cerca de 40% de AUs reunidos no que podemos chamar de trabalhadores autônomos formais.

Cerca de 13% trabalham habitualmente como “Freelancer, sem qualquer tipo de formalização” e, por isso, participam do setor informal da economia e do mercado de trabalho brasileiro. O emprego assalariado com carteira, representa apenas 9% do universo de AUs, seguido do setor público, com 7%.

2.5. A remuneração média como AU tende a ser maior do que a remuneração alcançada em outros trabalhos. A média salarial dos homens brancos foi superior a verificada nos demais grupos de gênero e raça.

Em relação aos salários obtidos somente nos trabalhos como arquiteto e urbanista, os homens, sejam eles brancos, sejam eles negros, apresentam médias salariais superiores às observadas entre as mulheres, sendo que os salários mais baixos se encontram entre as mulheres negras (média de R\$ 5,7 mil).

No que tange à renda obtida em outros trabalhos, para além das atividades de arquitetura e urbanismo, os homens brancos continuam com as maiores médias salariais (R\$ 9,3 mil), entretanto, as mulheres brancas superam os homens negros (médias de R\$ 5,4 mil e R\$ 3,9 mil, respectivamente). Dado que as mulheres negras apresentam as menores médias salariais - tanto como arquitetas e urbanistas, quanto em outros trabalhos - nossos dados reforçam as evidências de discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho.

2.6. 55% de AUs possuem somente a graduação completa. As mulheres negras possuem maiores dificuldades em realizar pós-graduação.

55% do total de AUs possuem somente a graduação completa (formação básica para atuar na atividade). Entre as mulheres negras esse percentual é mais elevado e alcança 60% dos casos, o que pode revelar uma maior dificuldade desse grupo social de complementar a sua formação. Em todos os grupos de raça e gênero, a especialização completa ou em andamento, é o segundo nível de formação que mais concentra profissionais, variando entre 27% dos homens brancos e 36% dos homens negros. Existe, portanto, uma tendência a realizar cursos e especializações mais voltados à atuação no mercado, em complemento ou na sequência do término da graduação.

2.7. MBA e especialização (pós-graduação *lato sensu*) lideram a preferência de formação complementar

De modo geral, a preferência por MBA e especialização (pós-graduação *lato sensu*) também se destaca quando se indaga a intenção de realizar uma nova ou primeira formação continuada na área de arquitetura e urbanismo. Entre os negros, ela reúne 30% da preferência das mulheres e 31% da preferência dos homens. Entre os brancos, ela diminui a sua participação na preferência dos homens (23%), mas continua como o principal tipo de formação de interesse das mulheres (29%).

2.8. No geral, a preferência por cursos híbridos de formação complementar já é maior do que a preferência por cursos exclusivamente presenciais.

Em relação à preferência por modelos de formação complementar, os cursos híbridos (com atividades online e presenciais) apresentaram os maiores percentuais no geral (34%), com pouca diferença em relação aos cursos presenciais (31%). Entre as mulheres brancas, o grupo mais representativo da pesquisa, a preferência pelos cursos híbridos alcança 38%. Nos demais grupos de gênero e raça os cursos presenciais ainda são os preferidos de AUs, com destaque para o grupo dos homens negros, com 41% dos profissionais tendo preferência por esse modelo.

2.9. Arquitetura de edificações e arquitetura de interiores foram os principais campos de atuação mencionados.

Quanto ao campo ou principal área de atuação profissional de AUs, destaca-se que para os homens (sejam eles brancos ou negros) o principal campo de atuação indicado foi a “Arquitetura de Edificações”, com 28% das menções entre os homens brancos e 30% entre os homens negros. No caso das mulheres, destaca-se o campo da “Arquitetura de Interiores”, com ¼ das menções das mulheres brancas e 22% das mulheres negras. A área de “Gestão de Obra ou Serviço Técnico” foi a terceira mais citada e sua distribuição é semelhante em todos os grupos (cerca de 12% entre as mulheres e 13% entre os homens).

2.10. 67% de AUs contribuem para a previdência social. Profissionais negros apresentaram taxas inferiores de contribuição.

Apesar da diversidade do formato de atuação profissional, a contribuição para a previdência é uma iniciativa comum a 67% de AUs, sendo que 43% deles contribuem apenas para a previdência do sistema público. Entre os homens brancos, 47% contribuem apenas para o sistema público e

outros 15% para o sistema privado. Entre as mulheres brancas os percentuais de contribuição também são elevados e alcançam 42% no sistema público e 13% no sistema privado. Dado que as pessoas negras estão submetidas, em maior frequência, às situações de trabalho com direitos parciais ou limitados, elas também encontram maiores dificuldades em contribuir para a previdência. Nesse caso, o percentual de ausência de contribuição alcança 42% entre os homens negros e 40% entre as mulheres negras.

2.11. As políticas e as leis voltadas para a categoria, a valorização e as oportunidades oferecidas pelo mercado são os elementos que mais desagradam AUs

Se observarmos as notas médias da escala de 0 a 10, em que 10 indica a maior satisfação com a profissão, notamos que as dimensões mais críticas são as políticas e leis voltadas para a categoria (média de 3,45), a valorização da profissão (3,65) e as oportunidades oferecidas pelo mercado (3,87). Um segundo grupo crítico, em que as notas variaram entre 4,0 e pouco mais de 5,0, é composto por elementos relacionados ao exercício diário da profissão, como: as formas de contratação (4,06); rendimentos obtidos (4,30); condições de trabalho físicas e mentais (4,38) e frequência de trabalhos (5,09).

2.12. A grande maioria de AUs conhece bem as Leis de Zoneamento e o Plano Diretor dos municípios, entretanto, desconhece ou conhece muito pouco a Legislação Trabalhista, o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil.

No que tange às regulamentações, verifica-se que os índices mais elevados de conhecimento foram encontrados nas Leis, Decretos e Normas Técnicas relacionadas ao exercício diário da profissão. Nesse caso, os maiores percentuais de conhecimento foram encontrados na Lei de Zoneamento e no Plano Diretor dos municípios, com 76% e 75% das menções, respectivamente.

Quando as regulamentações, entretanto, envolvem os direitos individuais do próprio arquiteto(a) e urbanista, enquanto trabalhador e prestador de serviço, e a relação com os seus clientes, as taxas de conhecimento se reduzem. Nesse caso, apenas 30% disseram conhecer ou conhecer muito a Legislação Trabalhista, 27% o Código de Defesa do Consumidor e 22% o Código Civil. O desconhecimento sobre essas legislações pode impactar na restrição de direitos trabalhistas e na responsabilização civil e ética dos Arquitetos e Urbanistas que, por desconhecimento das regras que regem a contratação e a relação com o consumidor, podem incorrer em faltas legais e éticas, muitas vezes pela falta de formalização de termos essenciais da prestação de serviço.

3. Instituições de Ensino Superior com cursos de Arquitetura e Urbanismo no Estado de São Paulo

Pesquisa que buscou aprofundar o conhecimento sobre aspectos pertinentes à formação de profissionais de AU, atualização das estruturas e desafios para coordenação, valorização e expansão dos cursos de AU. Para isso realizou uma busca do máximo de respostas de coordenadoras e coordenadores de curso em AU das IES do Estado de São Paulo.

A coleta de dados foi baseada no envio de *link* do questionário via e-mail e *follow-up* para ampliar a taxa de resposta. De um total de 153 cursos em operação, foram captadas 72 respostas de coordenadoras e coordenadores.

3.1. A participação de mulheres coordenadoras na pesquisa foi ligeiramente superior a participação dos homens. As mulheres, entre 40 e 49 anos, constitui no principal perfil de coordenadoras(es) de curso de AU.

A totalidade dos respondentes se distribuiu entre Mulher Cisgênero (37 casos) e Homem Cisgênero (33 casos).

Ao se verificar a distribuição etária por gênero, chama a atenção que as mulheres estão mais concentradas na faixa etária entre 40 e 49 anos (15 casos), enquanto os homens se concentram na faixa etária de 60 anos ou mais (11 casos). Isso eleva a idade média dos homens coordenadores para 54 anos, que representa 7 anos a mais em relação à média de 47 anos, verificada entre as mulheres.

3.2. O principal grupo de coordenadores possui mestrado e doutorado em AU, contudo, uma parcela significativa fez apenas o mestrado na área.

A situação mais comum (23 casos) é a realização de mestrado e doutorado em arquitetura e urbanismo; em seguida, temos a realização de mestrado em arquitetura e urbanismo, com 19 casos. Na comparação entre os gêneros, destaca-se o maior percentual de mulheres que cursaram apenas o mestrado em arquitetura e urbanismo, mas não cursaram o doutorado (31% contra 25% dos homens) e o maior percentual de homens que cursaram o mestrado em arquitetura e urbanismo, mas fizeram o doutorado em outro curso (9% contra 3% das mulheres).

3.3. As atividades práticas e corpo docente técnico e qualificado foram os dois aspectos mais citados como relevantes para a formação em AU.

Independentemente do curso em que atuam, os dois fatores mais mencionados pelas(os) coordenadoras(es) foram as atividades práticas (como a produção em ateliê, experimentação em laboratórios, etc), mencionadas por 72% dos respondentes, seguidas de corpo docente técnico e qualificado, mencionados por 71%. Na percepção das(os) coordenadoras(es), portanto, as atividades que representam desafios práticos, exigem a interação entre alunos e professores e valorização dos recursos humanos é o que ainda faz a diferença na qualidade da formação oferecida.

Cabe destacar que atividades mais próximas de uma iniciação ou uma atuação direta no mercado de trabalho como de integração com empresas (Empresas Jr, escritório modelo, etc) e programas de facilitação ou incentivo ao estágio foram mencionadas em menor frequência, com 14% e 3% das coordenadoras(es) indicando tais atividades.

3.4. As condições de trabalho dos professores e falta de incentivos à pesquisa foram indicadas como os principais problemas enfrentados atualmente nos cursos de AU

Ao serem questionados sobre os principais desafios e problemas enfrentados nos cursos de arquitetura e urbanismo, em geral, novamente as questões relacionadas aos recursos humanos e as condições de trabalho se destacaram, sendo a ausência ou insuficiência de meios e

condições adequadas ao desempenho dos professores, como o excesso de carga de trabalho, mencionadas por 57% dos respondentes. O segundo fator mais preocupante foi a insuficiência de incentivos às atividades de pesquisa, considerada um problema grave por pouco mais de metade das(os) coordenadoras(es).

3.5. Em relação as dificuldades que enfrenta em sua própria atividade de coordenação, destacam-se as restrições orçamentárias, evasão/retenção de alunos e condições de trabalho

Em relação a própria atividade como coordenadora(or), os três principais desafios indicados foram as restrições orçamentárias (40%), evasão e retenção de alunos (38%) e as condições inadequadas de trabalho, mencionadas por 32% das(os) coordenadoras(es). Em um segundo grupo estão os elementos associados a qualidade da formação profissional e ao controle da atividade como os processos avaliativos externos (26%), capacitação/formação dos docentes (18%) e ausência ou insuficiência de autonomia no exercício das funções de coordenação (15%).

3.6. A maioria dos cursos de AU possui uma política científica institucionalizada na graduação, como a Iniciação Científica. Contudo, apenas um grupo muito pequeno possui mais de 25 projetos em andamento.

Em 48 cursos, de um total de 72, existe uma política científica institucionalizada na graduação, como iniciação científica e outros programas de pesquisa. No ano de 2022, a maior parte dos cursos (31 ou 43%) executaram de 1 a 5 projetos de iniciação científica; outros 13% executaram de 6 a 15 projetos e apenas 7% executaram mais do que 25 projetos. Quase um quarto das(os) coordenadoras(es) que responderam à pesquisa (18 casos) não souberam informar ou preferiram não responder essa questão.

3.7. Em cerca de 30% dos cursos de AU a Iniciação Científica é realizada sem bolsa. Em apenas 19% dos cursos, a totalidade dos projetos foi beneficiada com bolsa.

No geral, segundo as informações das coordenadoras(es), 28% dos cursos ofereceram a oportunidade de iniciação científica, mas os projetos foram executados sem bolsas. Por outro lado, em 19% (ou 14 cursos), todos os projetos foram financiados com bolsas de auxílio à pesquisa.

Em 11% dos cursos as bolsas não alcançaram a totalidade, mas beneficiaram a maioria ou mais da metade dos alunos, ao contrário do que ocorreu em 18% dos cursos, em que apenas uma minoria (menos da metade dos projetos) receberam algum auxílio.

3.8. A grande maioria das(os) coordenador(as) indicaram o setor privado como o principal local de realização de estágio estudantil. Mais da metade indicou também o poder público.

Sobre os setores ou área de atuação em que os alunos executam os estágios, 79% das(os) coordenadoras(es) indicaram o setor privado. Para 57% o setor público também é um importante recrutador de estagiários. Outras áreas, como os trabalhos na própria IES em que estudam e o Terceiro Setor, foram pouco mencionadas (4% e 3%, respectivamente).

3.9. 38% dos cursos possuem até 10 docentes formados em AU. Outros 28% possuem entre 11 e 20 docentes AUs.

Um total de 27 cursos, equivalente a 38%, possuem até 10 docentes formados em AU. Na sequência, 20 cursos (28%) possuem entre 11 e 20 docentes. Cabe destacar que apenas 5 cursos possuem mais de 30 AUs no seu quadro de professores.

3.10. O EaD já está presente na maioria dos cursos de AU, porém, em 31% deles, está restrito às disciplinas auxiliares. Outros 29% adotam EaD em menos da metade das disciplinas de AU.

30 cursos de arquitetura e urbanismo já oferecem hoje disciplinas realizadas integralmente na modalidade EaD. Ainda que 13 cursos só utilizem as EaD para as disciplinas de matérias auxiliares, com professores de outras áreas do conhecimento, 12 cursos já as utilizam em pelo menos metade das disciplinas específicas de arquitetura e urbanismo; 11 em mais de 50% das disciplinas específicas e 4 em sua totalidade. Esse dado tende a reforçar a tendência de crescimento das modalidades de EaD, verificada nos cursos de arquitetura e urbanismo de todo o Brasil.